

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Sentido do trabalho, status profissional e mudanças macroeconômicas

María Cecilia Ipar, Vitor Eduardo Schincariol

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17116>

Submetido em: 2026-07-24

Postado em: 2026-07-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)



ARTIGO

SENTIDO DO TRABALHO, STATUS PROFISSIONAL E MUDANÇAS MACROECONÔMICAS

María Cecilia Ipar¹
Vitor Eduardo Schincariol²

RESUMO: O artigo propõe um marco teórico-metodológico interdisciplinar para investigar a transformação do sentido do trabalho na contemporaneidade. Sob uma matriz weberiana, discute-se a capacidade da profissão de conferir sentido ao trabalho via três dimensões: a posição das profissões no mercado laboral, as mudanças nos repertórios da vida profissional e a importância da identidade profissional na integração social e política dos trabalhadores. Essa discussão é sucedida por uma análise da evolução de indicadores macroeconômicos das economias avançadas, examinando mudanças setoriais e seus impactos no volume e tipo de emprego. Mediante revisão bibliográfica e dados recentes, o estudo contribui para uma agenda de pesquisa que conjuga a perspectiva da sociologia das profissões com a análise keynesiana dos agregados econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: sentido do trabalho; Max Weber; sociologia das profissões; teoria da demanda efetiva; teoria pós-keynesiana.

SENTIDO DEL TRABAJO, ESTATUS PROFESIONAL Y CAMBIOS MACROECONÓMICOS

RESUMEN El artículo propone un marco teórico-metodológico interdisciplinario para investigar la transformación del sentido del trabajo en la contemporaneidad. Bajo una matriz weberiana, discute la capacidad de la profesión para otorgar sentido al trabajo mediante tres dimensiones: la posición de las profesiones en el mercado laboral, los cambios en los repertorios de la vida profesional y la importancia de la identidad profesional en la integración social y política de los trabajadores. Esta discusión es sucedida por un análisis de la evolución de indicadores macroeconómicos de las economías avanzadas, examinando cambios sectoriales y sus impactos en el volumen y tipo de empleo. Mediante una revisión bibliográfica y datos recientes, el estudio contribuye a una agenda de investigación que conjuga la perspectiva de la sociología de las profesiones con el análisis keynesiano de los agregados económicos.

PALABRAS CLAVE: sentido del trabajo; Max Weber; sociología de las profesiones; teoría de la demanda efectiva; teoría poskeynesiana.

MEANING OF WORK, PROFESSIONAL STATUS AND MACROECONOMIC CHANGES

ABSTRACT The article proposes an interdisciplinary theoretical-methodological framework to investigate the transformation of the meaning of work in contemporaneity. Based on a

¹Brazilian Center for Analysis and Planning (CEBRAP), R. Morgado de Mateus, 615 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 04015-051. São Paulo, SP, Brasil. . Email: cecilia.ipar@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9562-0709>.

²Universidade Federal Do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, Bacharelado em Ciências Econômicas. Alameda da Universidade, s/n. Bairro Anchieta - São Bernardo do Campo - SP - Brasil. CEP 09606-045. Email: vitor.schincariol@ufabc.edu.br.
<https://orcid.org/0000-0001-6227-5198>.

Weberian matrix, it discusses the profession's capacity to provide meaning to work through three dimensions: the position of professions in the labor market, changes in the repertoires of professional life, and the importance of professional identity in the social and political integration of workers. This discussion is followed by an analysis of the evolution of macroeconomic indicators in advanced economies, examining sectoral changes and their impacts on the volume and type of employment. Through a literature review and recent data, the study contributes to a research agenda that combines the perspective of the sociology of professions with the Keynesian analysis of economic aggregates.

KEYWORDS: meaning of work; Max Weber; sociology of professions; theory of effective demand; post-Keynesian theory.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo propor um arcabouço teórico-metodológico interdisciplinar, enraizado na sociologia das profissões e na análise econômica macroestrutural, que seja adequado para analisar as mudanças simbólicas e materiais no mundo do trabalho na atualidade. Particularmente, os impactos da mudança na valorização cultural do trabalho profissional e das transformações setoriais mais relevantes nas economias modernas. Argumenta-se que para compreender a crise do mundo do trabalho, seus aspectos econômicos e culturais (sociais e subjetivos) devem ser analisados de forma integrada, uma vez que os padrões culturais não apenas refletem a vida econômica, mas a estruturam, da mesma forma em que são por ela influenciados. Se, por um lado, a cultura representa um meio de adaptação às mudanças econômicas, tecnológicas e políticas, por outro, as transformações culturais influenciam e redirecionam as trajetórias da sociedade industrial avançada (INGLEHART, 1990). Assim, ideais culturais como a profissão constituem um aspecto fundamental da vida social na formulação de um diagnóstico do tempo presente, baseado na sociologia do conhecimento e da cultura, preocupado em captar aquilo que permite a *unidade de sentido* de uma determinada época (LICHTBLAU, 1995, p. 25–52).

Do ponto de vista da sociologia weberiana, um ideal cultural é entendido como um conjunto de ideias de valor que sustenta a narrativa por meio da qual se constrói e consolida uma determinada *visão de mundo*, a qual é fundamental para a orientação significativa da ação

social bem como para a constituição e estabilização das ordens e identidades sociais e políticas. Segundo Weber, há certas ideias de valor capazes de moldar visões de mundo, e de exercer impacto decisivo sobre desenvolvimentos históricos concretos. Como observa, “são os interesses materiais e ideais, e não as ideias, os que dominam imediatamente a ação humana. No entanto, as “imagens do mundo” criadas pelas “ideias” frequentemente determinaram, como os desvios ferroviários, os trilhos ao longo dos quais a ação é conduzida pela dinâmica dos interesses” (WEBER, 1983, p. 204). O conceito weberiano de “imagens do mundo” sugere que existe um pano de fundo cultural de legitimidade que, uma vez firmemente estabelecido em determinada civilização, confirma e legitima as mudanças sociais coerentes com ele (KALBERG, 2011, p.216). Refere-se, portanto, à função de unificação ou síntese do sentido de uma época, que pode influenciar indiretamente a dinâmica e a direção na qual os agentes sociais agem e interagem para alcançarem seus interesses racionais, em particular, seus interesses econômicos.

Sob essa ótica, a democracia representa a visão de mundo típica da era moderna. Enraizada em ideais de equidade, tolerância, direitos e liberdades individuais, governança baseada em leis e participação cidadã, é a visão de mundo que no Ocidente se tornou universal. No entanto, quando ela não é sustentada por esses valores e crenças, bem como por certos estratos sociais e organizações específicas, os princípios básicos desse universo simbólico-cultural tornam-se incapazes de influenciar, em termos éticos, a um amplo espectro das ações sociais. Sem uma constelação de valores democráticos *amplamente praticados*, a democracia pode até ser mantida por “instituições democráticas”, mas carecerá de legitimidade substantiva e de alcance sociológico real. E sem esse suporte prático da legitimidade democrática, mais cedo ou mais tarde, essas instituições entrarão em crise. Assim, a sociologia empírica de Weber afasta-se do estudo da democracia por meio da mera análise de suas leis, constituições e instituições, concentrando-se no estudo histórico-comparativo de diferentes culturas políticas

(KALBERG, 2011). Essa guinada sociológica, em direção ao estudo histórico-comparativo das grandes tradições e culturas políticas, permite a Weber identificar em Ocidente uma afinidade eletiva fundamental: o surgimento do capitalismo industrial não foi um fenômeno meramente econômico, mas o correlato histórico da hegemonia de uma visão de mundo democrático-liberal de enraizamento protestante. E ambos os sistemas partilham uma mesma exigência antropológica básica: a hegemonia da visão do ser humano como sendo um indivíduo dotado de conduta de vida metodicamente racional e autônoma. Desta forma, a democracia e o capitalismo desde a modernidade operam de forma integrada, onde a eficácia das instituições depende da interiorização de valores que legitimam tanto a ordem política quanto a disciplina produtiva básica da ordem econômica. É precisamente nessa intersecção entre capitalismo e democracia que a profissão (*Beruf*) se estabelece como a categoria mediadora: ela é um dispositivo cultural, que confere sentido ético ao esforço individual e sustenta a crença na autonomia, que funciona, simultaneamente, como motor da economia de mercado e como pressuposto da cidadania democrática. Em outras palavras, ao elevar o trabalho ao status de dever ético e vocacional, o ideal profissional não apenas organiza o mercado de trabalho, mas atua como um dispositivo de legitimação cultural da sociedade democrática, isto é, ele transforma a inserção no sistema produtivo em uma afirmação de autonomia e dignidade pessoal que é coerente com a dignidade humana política da cidadania. Assim, no Ocidente, a profissão colabora no fortalecimento da cultura política democrática, pois através dela o indivíduo se reconhece e encontra seu lugar como sujeito partícipe da ordem social. Portanto, a transformação do sentido do profissional não é apenas a mudança de um modelo ou formato específico de formação e de emprego, mas a transformação da própria base *psíquica* e social-primária que sustenta a legitimidade das instituições democráticas.

Por sua vez, o volume de emprego existente em qualquer economia é determinado pela inter-relação de um conjunto muito complexo de variáveis, que envolvem o grau de acumulação

de capital e industrialização, a taxa de lucro corporativa, a capacidade ociosa e a taxa de juros. A taxa de crescimento demográfico, os tipos e a velocidade do progresso tecnológico existente (poupador ou utilizador de mão de obra, importado ou produzido nacionalmente), do perfil de inserção externa do país (exportação de produtos primários ou manufaturados de alto valor multiplicador) e dos limites impostos pelas restrições do balanço de pagamentos são também variáveis determinantes para o crescimento econômico e para o volume de emprego. O tipo de políticas econômicas adotadas, as expectativas com relação ao futuro e as condições institucionais vividas pelo país são também determinantes do volume de emprego³. Contudo, embora essas variáveis macroeconômicas forneçam dados quantitativos indispensáveis para estabelecer o recorte da realidade social na qual se insere o tema e a problemática que queremos investigar, elas são insuficientes para capturar os aspectos culturais e simbólicos que permeiam o viver laboral no capitalismo contemporâneo. Para suprir essa distância, e assim poder integrar melhor a dimensão material à simbólica, propomos o seguinte percurso analítico. Na primeira parte do texto exploramos algumas abordagens da sociologia das profissões que podem contribuir ao estudo sobre a transformação histórica do sentido do trabalho, tendo em vista a posição das profissões no mercado de trabalho, as mudanças nos repertórios da vida profissional, e o alcance da influência da identidade profissional na inserção social e política dos trabalhadores. Na sequência, analisam-se para as economias avançadas a evolução de algumas variáveis estruturais, a fim de descrever, em linhas gerais, algumas características do pano de fundo histórico-econômico que tem condicionado as transformações no mundo do trabalho nos países avançados. Esta estratégia teórico-metodológica pode contribuir para uma agenda de pesquisa interdisciplinar que permita elaborar uma valoração mais ampla das

³ Para uma discussão clássica, ver KEYNES, 2013 [1936]; para a ampliação do quadro conceitual keynesiano original, ver KALECKI, 1969 [1952] e ROBINSON, 1962.

transformações contemporâneas do mundo do trabalho, levando especialmente em consideração a imbricação entre condições de trabalho e status profissional.

O SENTIDO DO TRABALHO E A SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

Max Weber foi o primeiro grande sociólogo a examinar de forma aprofundada as relações entre a legitimidade social, o sentido histórico atribuído ao trabalho e o valor da profissão. Em seu diagnóstico de época, o *ethos* profissional destaca-se como um indicador sociológico fundamental para a compreensão da visão de mundo arquetípica do homem ocidental moderno. Mostra que a trajetória assumida no Ocidente por essa ideia de valor rumou em uma direção adequada à transformação histórica do sentido do trabalho e da acumulação de riqueza que foi propícia à ascensão da sociedade industrial. Segundo ele, a profissão, como ideia de valor, contribuiu para a mudança dos significados atribuídos ao trabalho e à acumulação: de serem vistos na sociedade tradicional, respectivamente, como meio de sobrevivência material e sinal de blasfêmia social, a passarem a ser compreendidos, no mundo moderno, como uma resposta sublimatória da ansiedade provocada pela incerteza quanto ao destino e um dever ético que servia de base da moralidade burguesa (WEBER, 1983). Essa mudança conferiu ao trabalho uma legitimidade substantiva, transformando a atividade produtiva na principal arena de validação da autonomia e da dignidade do sujeito moderno. Ao mesmo tempo, elevava a acumulação de riqueza a status de dever moral dentre da burguesia ascendente (WEBER, 2004). Assim, a transformação no significado atribuído ao trabalho, promovida pela ideia de profissão, criou um valor significativo que ultrapassa seu valor meramente econômico, de uso e de troca. O termo *Beruf* emerge como o significante de uma variável antropológica, de consequências históricas e culturais de longo alcance, pois atua como uma “coordenada simbólica” (AUTOR1, 2023) essencial para a orientação significativa da ação social que organiza a conduta de vida corriqueira (*Lebensführung*), e, conseqüentemente, a

racionalidade prática. Em resumo, a pesquisa de Weber demonstra que esse significativo demarcou a trajetória catalisadora de uma transformação *psíquica* e social-primária necessária à ascensão da sociedade industrial.

Uma década após a morte de Weber (1920), a sociologia desenvolveu uma série de estudos e pesquisas em torno do conceito de profissão que, na segunda metade do século XX, deu origem a um campo de conhecimento mais específico chamado “sociologia das profissões” (RODRIGUES, 2002, p. 2). Particularmente sob a influência de Talcott Parsons, a sociologia das profissões foi moldada por abordagens funcionalistas e interacionistas nos Estados Unidos, bem como por perspectivas críticas baseadas no pensamento habermasiano e na teoria da estratificação social da “sociedade credencialista” de Randall Collins (BALLESTEROS, 2007). A vertente funcionalista, inspirada por Parsons (1939, 1949) e posteriormente desenvolvida por autores como Goode (1966), Merton (1957) e outros, atribuiu importância estratégica ao surgimento em massa das profissões nas sociedades industriais avançadas. Segundo Parsons - que aqui segue Weber-, as profissões são movidas por objetivos altruístas e não apenas por interesses econômicos. Sua relevância sociológica reside em sua função como mecanismo de legitimação do controle quanto da integração social. Nessa perspectiva, a profissão abarca dois elementos essenciais: o conhecimento especializado e o ideal de serviço à comunidade. Esses dois elementos centrais, por sua vez, dão origem a outras características típicas das profissões -como renda, prestígio, monopólio, autonomia e licenciamento regulatório- que resultam de um processo contínuo de negociação com a sociedade (RODRIGUES, 2002, pp.7-12).

Ainda nesse contexto de predomínio da hegemonia funcionalista surge a obra do sociólogo Everett Hughes (1966), onde a profissionalização é tratada como um evento “natural” - como um processo de afirmação de ocupações que estariam acima ou apartadas de outras formas amadoras de desenvolvimento das atividades laborais. As profissões, nesse sentido, resultariam de mudanças tecnológicas e organizacionais, do aumento da qualificação e do

surgimento de novas necessidades e atividades sociais que passariam a demandar cada vez mais dos profissionais e seus serviços. Para ele, a principal questão deixa de ser se determinada ocupação é ou não uma profissão; e passa-se a focar nas circunstâncias pelas quais pessoas que exercem determinada ocupação tentam transformá-la em profissão - e a si mesmas, em profissionais (RODRIGUES, 2002, p. 11). O interacionismo simbólico também vincula a importância das profissões à realização pessoal, ao aspecto biográfico e à constituição da integridade individual. Ou seja, enfatiza o papel da profissão na possibilidade de se seguir determinada trajetória de vida, destacando a importância do conceito de “carreira” - aqui compreendida tanto objetivamente (na forma de status, privilégios, deveres etc.) quanto subjetivamente (na maneira como os indivíduos veem suas vidas e compreendem o sentido de seus deveres, ações etc.) (RODRIGUES, 2002, p. 12).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, uma onda de críticas surgiu contra as abordagens funcionalistas e interacionistas, onde se destaca a noção de *poder profissional*, tendo como autores de destaque Johnson (1972), Freidson (1986) e Larson (2017). Enquanto Johnson concentra-se no poder dos profissionais em relação aos clientes, Freidson associa o poder profissional à autonomia ou ao controle sobre a organização da atividade laboral, bem como à monopolização do saber e à proteção profissional do mercado de trabalho por meio de “abrigos”; Larson, por sua vez, destaca que as comunidades profissionais são elemento essencial na delimitação do mercado de trabalho, pois criam fechamentos e monopólios sobre determinados mercados de serviços (RODRIGUES, 2002, p.54). Sob essa perspectiva, a profissionalização seria um processo de fechamento social que limita o acesso a pequenos grupos, justificando essa dinâmica excludente pelo interesse coletivo de servir à comunidade. Finalmente, a obra de Abbott (1988) marca o renascimento de um quadro teórico-metodológico voltado para sistematizar o estudo das profissões, com influências funcionalistas e interacionistas. Partindo de uma crítica dos conceitos de profissão e profissionalização dentro

da tradição da disciplina, esse autor aponta cinco pressupostos básicos para os estudos sobre profissões. Estes deveriam se concentrar nas “jurisdições profissionais” ou áreas de prática, onde os profissionais detêm controle direto sobre o trabalho e a prestação de serviços. Segundo ele, o cerne da dinâmica inerente ao desenvolvimento histórico das profissões reside nos conflitos, disputas e competições que, em última análise, moldam os limites das jurisdições profissionais. Ele também propõe uma análise em três níveis de observação: as condições e processos reais para estabelecer jurisdições profissionais; as fontes de mudança dentro do sistema profissional; e as fontes de mudança externas ao sistema. Considerando que existem profissões dentro de todas as ocupações, a abordagem deve, segundo ele, considerar o sistema de interdependência entre diferentes grupos profissionais (RODRIGUES, 2002, pp. 93-95).

Superando a dicotomia entre a análise do poder profissional e a descrição funcional das profissões, adotamos como eixo analítico central deste trabalho a articulação da perspectiva weberiana à síntese entre a tradição de Eliot Freidson e a sociologia das identidades de Claude Dubar. Consideramos essa articulação adequada para nossa proposta, por harmonizar uma centrada na estrutura das atividades dentro do mercado de trabalho com a perspectiva da subjetividade, que destaca a dimensão significativa para o agente. O sociólogo Claude Dubar (DUBAR, 2012, pp.351-367; 2009; 1997; DUBAR, TRIPIER, BOUSSARD, 2015) combinou elementos analíticos da perspectiva sistêmica com a do interacionismo simbólico. A abordagem desses autores sobre as profissões também integra três planos: político, econômico e ético-cultural. Isso os leva a relacionar a análise sociológica das profissões aos marcos políticos e regulatórios das credências, à organização social das atividades laborais, aos modos de estruturação dos mercados de trabalho e ao significado subjetivo das atividades profissionais. Sob esta perspectiva, podemos então afirmar que as profissões referem-se a uma construção histórica e cultural única para cada sociedade. E, ao mesmo tempo, devem ser enquadradas dentro de um conceito mais genérico de ocupação. Entende-se a profissão como uma forma

específica de organização de ocupações específicas que produzem diferentes níveis de “abrigos” exclusivo no mercado de trabalho, bem como identidades ocupacionais específicas (FREIDSON, 1998, pp. 48-51). Essa definição permite analisar as profissões como ligadas à dinâmica da organização prática das ocupações, evitando a suposição de que “profissões” são apenas um conjunto único e pré-definido de atividades (FREIDSON, 1998, p. 59). Além disso, as identidades ocupacionais são entendidas como coletivos formados não apenas pelas trocas econômicas entre esforço e salário, mas pela influência de uma dimensão simbólica que envolve realização pessoal e reconhecimento social (DUBAR, 2012, p. 354). Eles destacam a diferença entre profissão e atividade, pois a primeira não se reduz a uma mera troca econômica de esforço por salário; ao contrário, possui uma dimensão simbólica essencial para a autorrealização e a obtenção de reconhecimento social. A profissão confere um nome coletivo que permite aos profissionais se identificarem entre si através do trabalho e, por meio dessa identificação, demandarem reconhecimento social. Nesse caso, as profissões são tomadas como fontes de identificação com a ocupação, fomentando o desejo por reconhecimento social baseados na identificação com a tarefa realizada. A identidade profissional também contribuiria para a realização pessoal, pois permitiria mudanças de emprego garantindo certa continuidade da trajetória de vida. Essas identidades profissionais seriam formadas em um processo específico de socialização que vincula educação, trabalho e carreira por meio da interação social ocorrida dentro de coletivos e instituições que asseguram o reconhecimento de seus membros como “profissionais” (DUBAR, 1997). Desta forma, a profissão pode ser vista como a arena onde se valida, simultaneamente, a competência técnica e a dignidade do sujeito.

Para atualizar integralmente o conhecimento social sobre o poder profissional e sua incidência na transformação cultural do sentido do trabalho, apresentaremos a continuação o recorte de um corpus teórico-metodológico pertinente, focado em três dimensões empíricas primordiais, decorrentes da concepção de profissão aqui adotada: (I) a situação das profissões

dentro do mercado de trabalho, (II) a transformação dos repertórios da vida profissional e (III) o impacto da identidade profissional na inserção social e política dos trabalhadores. A primeira dessas dimensões diz respeito à análise das condições estruturais que moldam a transformação das profissões dentro do mercado de trabalho. Trata-se, portanto, de uma dimensão macroestrutural que examina as profissões em termos da integração das ocupações na estrutura social produtiva. A segunda dimensão relaciona-se às condições, características e mudanças das trajetórias de profissionalização, qualificações e expectativas profissionais. Ao mapear essa dimensão analisamos o impacto das transformações da vida profissional na concepção da vida pessoal, no estilo de vida, nas motivações, anseios e dificuldades que condicionam e estruturam a subjetividade. Trata-se, portanto, de uma dimensão de alcance analítico micro-meso. Por fim, a terceira dimensão, também macro-estrutural, refere-se à forma e intensidade na qual a identidade profissional intervém para a integração social e política dos trabalhadores.

A situação das profissões no mercado de trabalho

As sucessivas crises econômicas sistêmicas desde os anos 1970 impactaram diretamente a situação global do emprego. Essas crises foram iniciadas pelas crises do petróleo e pela chamada “estagflação” no centro do sistema econômico mundial, bem como por outras crises de dívida e hiperinflação em países periféricos ao longo da década de 1980. Estas foram sucedidas pelo impacto do fim das economias socialistas e pela implementação de políticas neoliberais na década subsequente; a crise financeira de 2008, a pandemia de Covid, a guerra na Ucrânia e, atualmente, a rápida introdução da inteligência artificial, tiveram amplas implicações no volume e nas condições do emprego. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023), o ano de 2023 foi particularmente marcado por uma tendência global de deterioração do mercado de trabalho, impulsionada por uma desaceleração mundial nas taxas de emprego. A ruptura das cadeias globais de suprimentos e a recuperação desigual no pós-pandemia causaram estagflação em diversos países. Ao mesmo tempo, tais crises

sucessivas aumentaram os níveis de informalidade e pobreza entre trabalhadores, com a recuperação da crise da Covid ocorrendo muitas vezes através da expansão do emprego informal. De fato, o momento histórico atual é marcado por rápidas mudanças na economia global, na geopolítica internacional, no desenvolvimento tecnológico, na organização do poder estatal e na configuração das classes e grupos sociais -a ponto de alguns analistas especularem sobre uma nova etapa do capitalismo: o “capitalismo 4.0” (ANTUNES, , 2020; AUTOR, ROSSINI, PAULANI, REIS, 2024), o “capitalismo de plataforma” (HUWS, 2023; SRNICEK, 2017) ou uma forma de capitalismo baseado na “uberização” da força de trabalho (SLEE, 2017; ANTUNES, 2020; ABÍLIO, 2019; ROSENBLAT, 2018; SCHOLZ, 2016).

Como resultado, o tema da flexibilização e precarização do trabalho respondeu por uma parte significativa das pesquisas sociológicas recentes ao longo das últimas décadas, englobando tanto seus principais desafios teórico-conceituais (MELGES, CALARGE, BENINI, PACHECO, 2022; DRUCK, OLIVEIRA, 2021), quanto os problemas relacionados à desestruturação do espaço de trabalho devido ao chamado modelo toyotista de produção (ALVES, 2001), o aumento da automação (BENANAV, 2020; SKIDELSKY, 2020), bem como a crescente tendência à digitalização (SPREMOLLA, 2017; COMIN, 2023; HUWS, 2014) e o surgimento de novas formas de “coworking” (BERNHARDT, 2023; MERKEL, PETTAS, AVDIKOS, 2023; OREL, RATTEN, DVOULETÝ, 2021; AKHAVAN, HÖLZEL, LEDUCQ, 2023). Nesse contexto, as condições quase caóticas em vários mercados de trabalho, causadas por rápidas mudanças políticas e tecnológicas, tornam os chamados modelos neoclássicos de crescimento econômico -nos quais o chamado “equilíbrio geral” é uma premissa teórica fundamental- altamente irreal. Nesse contexto, que reflete uma tendência global de transformações estruturais no mundo do trabalho -marcadas pela desregulamentação do mercado, o crescimento da terceirização, o aumento da competitividade, a maior qualificação acadêmica da população empregada, demandas crescentes por habilidades e maior precariedade

e instabilidade laboral, entre outros fatores- o papel e as posições das profissões naturalmente passam por mudanças. Como essas mudanças afetam as profissões? Quais emergem, declinam ou desaparecem? Por que e como certas ocupações se tornam profissões em momentos específicos, enquanto outras não? Do ponto de vista do estudo das profissões como fenômenos concretos, históricos, nacionais e mutáveis que organizam e hierarquizam diferentes ocupações de maneiras específicas, tais indagações envolvem analisar as profissões como *artefatos sociopolíticos* (FREIDSON, 1998, p. 61). Isso inclui documentar e organizar evidências empíricas além dos salários reais, permitindo-nos compreender melhor seus rótulos, classificações e mecanismos de reconhecimento pelo Estado e pela sociedade. Seria importante compreender, nesse nível, como as classificações e regulações oficiais -e seu status legal- interagem com o desenvolvimento da organização das ocupações, incluindo suas características corporativas. Tal também poderia envolver analisar se, e como, o resultado dessas interações aumenta ou diminui a influência relativa das profissões na organização política e no mercado de trabalho, na divisão do trabalho em si e entre diferentes membros dentro dos locais de trabalho. O foco central desta dimensão, portanto, reside em entender se o mecanismo sociopolítico das profissões é capaz de moldar ou condicionar a organização social das ocupações no mercado de trabalho.

Os repertórios da vida profissional

Há tempos evidencia-se uma tendência histórica do capitalismo mundial a uma transformação substantiva das trajetórias da vida no emprego (ANTUNES, PINTO, 2017; ALVES, 2008; SENNETT, 2005), nos processos e marcos tradicionais de profissionalização (LARSON, 2017; BRINT, 1994; TORSTENDAHL, BURRAGE, 1990; ARAÚJO, NUNES, 2015) e, inclusive, no discurso e na ideologia do profissionalismo (FREIDSON, 1998; EVETTS, 2013; EVETTS, 2018). Igualmente, a trama de conexões entre os âmbitos profissional e pessoal adquiriam novas formas de manifestação (DUMAS, SANCHEZ-

BURKS, 2015) que acabam transformando as identidades profissionais. Observa-se que as identidades profissionais tornam-se cada vez mais fragmentadas, instáveis e sujeitas a processos contraditórios de valorização e desvalorização simbólica, conforme os contextos organizacionais e sociopolíticos em que se inserem. A construção social das profissões -antes fundamentada em caminhos relativamente previsíveis, como a educação técnica ou universitária, a filiação a associações profissionais e o exercício de atividades institucionalmente reconhecidas- deu lugar frequentemente a trajetórias descontínuas, marcadas por requalificação constante, múltiplas ocupações simultâneas e experiências profissionais mais fluidas (ANTUNES, ALVES, 2004; ANTUNES, PINTO, 2017; HUWS, 2014). Ao mesmo tempo, o discurso em torno do profissionalismo, que outrora sustentava a autoridade técnica e ética das profissões reguladas, tem sido constantemente redefinido e apropriado pelas lógicas gerenciais e de mercado. Como aponta Freidson (1998), o profissionalismo corre o risco de se tornar uma ideologia funcional à reprodução das desigualdades e à legitimação de formas flexibilizadas de subordinação laboral, com perda dos conteúdos mais substantivos atribuídos ao exercício das ocupações. Essa reconfiguração desloca o eixo do prestígio profissional da estabilidade institucional para o desempenho individual, aumentando a responsabilidade subjetiva em contextos estruturalmente inseguros. A relação entre o poder econômico e o saber profissional seria eminentemente ambivalente (ANTUNES, PINTO, 2017; HUWS, 2014). Por um lado, a divisão social do trabalho precisa do saber especializado, da criatividade e habilidade humana para colocá-las ao serviço da inovação tecnológica e do aumento da lucratividade na produção de bens e serviços. Por outro, uma vez que as grandes corporações do capital conseguem apropriar-se dos saberes e das habilidades dos trabalhadores envolvidas no processo produtivo, tendem a substituir o trabalhador qualificado por outros menos qualificados e pior pagos. Se, por um lado, são necessárias certas habilidades e saberes profissionalizados, por outro, persegue-se, igualmente,

a desqualificação (HUWS, 2014; TESTA, FIGARI, SPINOSA, 2009, pp. 294-295). Essa apropriação corporativa do valor simbólico das distinções, vinculadas à formação das competências profissionais pessoais, na prática acaba depreciando o capital de saber-fazer profissional acumulado ao longo do tempo. Habilitando assim, por exemplo, o tratamento de técnicos qualificados como operários semiquualificados, e inclusive bloqueando a possibilidade de eles acessarem postos de comando e supervisão (TESTA, FIGARI, SPINOSA, 2009). A relação entre trabalho e profissionalização, marcada pelo casamento entre discurso corporativo e novas tecnologias sociais -derivadas de mudanças na organização do trabalho e da implementação de processos que visam melhorar e aumentar a qualidade- revela-se uma relação social adequada para capturar os mecanismos do sistema econômico capitalista para aprimorar o *controle sociocultural* (TESTA, FIGARI, SPINOSA, 2009, pp. 294-295).

Seguindo o modelo de análise de Freidson, podemos dizer que o profissionalismo diz respeito ao poder para exercer diretamente o controle ocupacional. Se a profissão é uma forma específica de organizar uma ocupação, o profissionalismo é o *processo de organização social* em que uma determinada ocupação consegue, ou se inclina a conseguir, *autonomia* para controlar seu trabalho, bem como um *compromisso* profissional que pode dar lugar à criação de uma *comunidade ocupacional*. A conquista dessa autonomia, por sua vez, supõe diversos aspectos técnico-administrativos, econômicos e políticos. Ademais da autonomia e do controle profissional do trabalho, a avaliação do profissionalismo requer da observação do grau de compromisso alcançado com os pares e com a atividade ocupacional. E analisar, igualmente, o impacto desse compromisso no delineamento das expectativas profissionais na vida dos trabalhadores. Segundo Freidson (1998, p. 162), a organização social das profissões constitui uma oportunidade para a criação e sustentação de grupos sociais compromissados entre si e com a própria ocupação. Espera-se que quanto mais uma ocupação conseguir organizar-se de tal forma de gerar em seus membros expectativas de uma carreira relativamente estável e

segura, mais estes membros comprometem-se e identificam-se com a ocupação e seu destino, podendo assim dar passo a uma verdadeira comunidade ocupacional. Ao mesmo tempo, quanto mais uma ocupação estiver organizada socialmente na base do princípio profissional e controlar a formação, o recrutamento e a seleção dos membros, mais experiências ocupacionais em comum, na carreira e no trabalho. É essa experiência compartilhada a que daria lugar ao forjamento de certa cultura ou comunidade ocupacional que estimulará a *solidariedade* ocupacional de maneira regular. Vemos, então, que neste nível de análise micro-meso da profissão, a comunidade ocupacional é fundamentalmente relacionada à regulação endógena. Ela emerge da estabilidade na carreira e do controle sobre as pautas que decidem o recrutamento, o funcionamento e o mecanismo que assegura a autonomia técnica e a reprodução dos saberes e saberes-fazerem práticos no cotidiano do trabalho. Em outras palavras, sob o foco analítico sociológico micro-meso, a comunidade ocupacional deve concebida como o “perito” confiável para a avaliação da competência e qualidade do trabalho, como o tecido conectivo que garante que o trabalho seja realizado sob as normas da própria profissão, e não as do mercado.

A identidade profissional na inserção social e política

Esta dimensão diz respeito à forma e intensidade na qual a identidade profissional afeta a inserção social e política de seus trabalhadores. Na análise desta dimensão trata-se de continuar o trabalho de sociólogos neo-weberianos como Claude Dubar (2009) e examinar a identidade profissional na relação entre aqueles dois sentidos do pertencimento coletivo que Weber (2006, p. 134) identificou com os termos de “comunidade” (*Vergemeinschaftung*) e “sociedade” (*Vergesellschaftung*), isto é, indagar o valor da profissão através da rede de relações sociais comunitárias e associativas envolvidas na formação da vida grupal no âmbito do trabalho. Sabemos que a posição ocupada na divisão social do trabalho repercute nas redes de socialização e proteção capazes de garantir a existência social e a qualidade de vida. Assim,

supõe-se a existência de um entrelaçamento estrutural entre emprego estável e sólida integração social e jurídico-política. Nesse sentido, o desmantelamento da sociedade do trabalho deve acarretar não apenas o aumento do desemprego, no sentido de um déficit na esfera econômica, mas também um processo de *desafiliação* que aprofunda a instabilidade, a deriva e a exclusão social (CASTEL, 1997). Não se trata então somente de apontar a degradação dos recursos econômicos, como de analisar verdadeiras transformações e rupturas das relações sociais do passado, de um *tipo de ligação* antigamente dominante (DUBAR, 2009, p. 21). A crise do trabalho reflete a crise cultural de todo um ideal societário que em parte é a garantia de certos níveis básicos e fundamentais da coesão social nas sociedades democráticas. Envolve toda uma crise antropológica e das identidades (SENNETT, 2005), pois afeta tanto os comportamentos econômicos, as relações sociais e as subjetividades individuais, como as referências e as denominações dos sistemas simbólicos anteriores que eram constitutivos até do próprio psiquismo humano (DEJOURS, 2017; MELMAN, 2005; EHRENBURG, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial (1945) as organizações trabalhistas predominantes nos diferentes países possuem diferentes características. Geralmente oscilaram entre serem explicitamente sindicatos com base na ocupação, ou sindicatos mais genéricos apoiados em outros sindicatos dirigidos por elites operárias com identidades ocupacionais consolidadas. A importância das instituições sindicais e profissionais é a de proteger a estabilidade dos profissionais de influências externas em seus trabalhos (FREDISON, 1998, p.251). E a estabilidade permite não somente atingir antiguidade no trabalho, no sentido de uma garantia e segurança econômica, como, igualmente, a valorização das experiências de vida comuns à socialização no trabalho. Mas a crescente segmentação dos mercados de trabalho afetou diretamente as identidades profissionais, e indiretamente, a capacidade de os sindicatos clássicos representarem e defenderem adequadamente os interesses dos trabalhadores. Mesmo assim, os sindicatos, as entidades de classe profissional e outras formas de associações ainda

representam dispositivos institucionais adequados para criar situações sociais, culturais, políticas e econômicas capazes de defender o espírito ou o *ethos* profissional. A importância de defender o espírito profissional é o de garantir identidades sociais prestigiosas, vinculadas a uma ideologia de propósitos elevados, através das quais as novas gerações possam futuramente *desejar* trabalhar em certas ocupações (FREDISON, 1998, p. 251).

Segundo Freidson, a força das identidades profissionais para influenciarem a inserção social e política de seus membros pode ser analisada empiricamente através da capacidade dessas identidades de criarem um tipo de *confiança* e *coesão* social de grupo o suficientemente potente como para estabelecer determinadas culturas ou comunidades ocupacionais. Sendo estas comunidades, igualmente, fortes o suficiente como para impulsionarem a valorização de suas agendas e interesses na sociedade, no mercado e na política. A fortaleza das identidades profissionais depende então da confiança de seus membros na *identidade pública* alcançada por meio de credenciais institucionais, de sua autonomia e da valorização social da respectiva ocupação. Também depende da coesão alcançada por meio de associações e organizações profissionais e sindicais, e, eventualmente, pela sua organização político-partidária. Sob esta perspectiva mais macro, a comunidade ocupacional deve ser analisada transbordando os limites da execução do trabalho, isto é, como uma “força de pressão” ou uma instituição da sociedade civil. Dessa forma, a comunidade ocupacional se converte em um vetor de inserção política, onde o *ethos* profissional compartilhado serve como base para a defesa de interesses coletivos e para a afirmação como instituição da esfera pública e da cidadania. Em qualquer caso, a identidade profissional requer de uma estrutura de investimento e capital fixo para sua materialização. Vejamos a continuação alguns indicadores que refletem uma mudança significativa em direção à erosão da base material das profissões.

A EROSÃO DA BASE MATERIAL DA PROFISSÃO

Quando tomados os principais países da economia capitalista ocidental (Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Itália e membros da OCDE), vemos que o comportamento de certas variáveis macroeconômicas estruturais nos ajuda a entender melhor, sob outro ângulo, os processos acima mencionados de mudança nas identidades profissionais e de precarização das condições de trabalho. Uma ampla base de dados pode ser mobilizada para contribuir com a compreensão de tipo keynesiano-kaleckiano, a partir de uma sequência diacrônica, das dimensões acima mencionadas relativas às transformações no mundo do trabalho. Como pano de fundo fundamental, podemos notar, a partir dos dados fornecidos pelo Banco Mundial,⁴ uma grande diminuição das taxas de crescimento de formação de capital bruto e da participação da indústria ao longo dos últimos cinquenta anos nos Estados Unidos, Alemanha, Japão e outras economias centrais, processo cheio de implicações para a estrutura setorial de emprego.⁵

No início da década de 1970, a taxa de formação de capital bruto (fixo) chegava a 33% na Alemanha, 43% no Japão e 25% nos Estados Unidos; a queda foi sustentada ao longo dos últimos cinquenta anos, apresentando o Japão a marca de 26%, a Alemanha 23% e os Estados Unidos 22% em 2024.⁶ Este processo resulta de uma complexa inter-relação de variáveis que explicam a queda das taxas de retorno corporativas nos setores produtivos, dadas por mudanças demográficas (menor crescimento da população), mudanças dos preços relativos (preços dos bens manufaturados caindo relativamente aos preços dos serviços), e custos relativos maiores quando comparados à produção estrangeira, o que gerou fechamento de unidades e exportação de capital.⁷ Como resultado, deu-se uma crescente penetração dos manufaturados de origem

⁴ Ver World Bank, “Data”, em <https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.TOTL.ZS?locations=US-DE> /.

⁵ No caso dos Estados Unidos, a participação do setor manufatureiro na economia chegava a apenas 11.7% do PIB em 2013, estando em 10% em 2024; por sua vez, os setores que compreendem “atividades financeiras, seguros, imobiliárias, locação e arrendamento mercantil” [*leasing*] evoluíram de 20% a 21% do PIB do país no mesmo período; ver Casa Branca, *Economic Report of the President 2025*, Apêndice Estatístico, Tabela B-8, disponível em <https://www.govinfo.gov/content/pkg/ERP-2025/pdf/ERP-2025-appendixB.pdf> /.

⁶ Ver World Bank, “Data”, “Gross Capital Formation (% of GDP)”, disponível em <https://data.worldbank.org/>.

⁷ Ver World Bank, “Data”, “Foreign Direct Investments, Net Outflows (% of GDP)”, em <https://data.worldbank.org/indicator/BM.KLT.DINV.WD.GD.ZS?locations=US-DE-JP> /.

asiática nos mercados das economias centrais⁸. Sendo em geral os investimentos em edifícios e máquinas os que mais exigem uma determinada quantidade de capital empregada para produzir uma unidade de emprego (KEYNES 1978 [1937], p.520), a diminuição progressiva da taxa de formação de capital bruto e de crescimento industrial nos países centrais trouxe embutida, naturalmente, uma queda relativa, ao longo do tempo, de largas frações típicas das antigas camadas trabalhadoras tanto na construção civil quanto nos tradicionais setores de máquinas e equipamentos. Este processo teve impacto tanto na mudança da duração do tempo de empregabilidade como nas taxas de sindicalização e salários reais —em geral, todos historicamente altos em tais setores. Por sua vez, sendo em última instância o crescimento econômico dependente dos setores chamados produtivos (os que produzem bens tangíveis), a queda gradual das taxas de variação do PIB das economias centrais trouxe um amplo leque de reações corporativas na forma de políticas neoliberais —origem do ataque à legislação trabalhista e ao Estado de bem-estar social.⁹

Tais mudanças estruturais trouxeram implicações profundas para as identidades profissionais e condições de trabalho. Os serviços, como sabemos, tornaram-se os setores econômicos relativamente nas economias avançadas ao longo das últimas décadas,¹⁰ e, por isso mesmo, os mais heterogêneos e diversificados (compondo 77% da força de trabalho norte-americana, 69% da japonesa e 64% da alemã em 2024). Em alguns destes setores podem dar-se grandes ganhos de produtividade (como no setor bancário, bastante propenso à automatização), sendo tais ganhos mais limitados em outros (serviços corriqueiros como

⁸ Em 2000, o déficit comercial em bens e serviços dos Estados Unidos com a Ásia e Pacífico alcançava 206 bilhões de dólares; em 2023, 580 bilhões, um crescimento de 2.8 vezes; o PIB do país cresceu apenas 1.8 vezes no mesmo período; ver Casa Branca, *Economic Report of the President 2025*, Apêndice Estatístico, disponível em <https://www.govinfo.gov/content/pkg/ERP-2025/pdf/ERP-2025-table59.pdf>/. A Alemanha, por sua vez, após manter saldos comerciais positivos com a China ao longo dos anos 2000, viu uma reversão estrutural a partir dos anos 2010; enquanto o PIB alemão variou 1.17 vezes entre 2010 e 2024, o déficit comercial com a China variou 7.5 vezes; ver dados em <https://www-genesis.destatis.de/>. Dados semelhantes ocorrem para outras nações centrais; ver <https://unstats.un.org/UNSDWebsite/>. Para uma análise empírica, ver AUTOR2 (2016) e SHAIKH (2016).

⁹ Para uma discussão sobre a crise dos anos 1970, ver HOWARD e KING (1992).

¹⁰ Ver World Bank, “Data”, “Services” (% of GDP), disponível em <https://data.worldbank.org/>.

cabeleireiros, consertos de automóveis e eletrodomésticos, ofícios etc.). Este amplo setor de serviços mescla profissões qualificadas, como médicos e advogados, com uma grande quantidade de setores heterogêneos nos quais a identificação em torno de valores comuns, como por exemplo o pertencimento a um sindicato ou a determinadas correntes políticas, não se dão de forma similar à do antigo operariado industrial, particularmente porque muitas vezes estes trabalhadores estão mais expostos à informalização e precarização, ou, pelo contrário, desfrutam de posições econômicas privilegiadas (altas finanças, por exemplo). De fato, no que se refere à sindicalização, esta abarcava apenas 12% do total da força de trabalho dos Estados Unidos em 2000, caindo a meros 9% em 2019; na Alemanha, a taxa caiu de 24% para 16% no mesmo período, ao passo que na Inglaterra foi de 29% a 23% e no Japão, de 21% a 16%.¹¹ Estes números mostram como as novas gerações de trabalhadores deste amplo e heterogêneo setor de serviços, que sucedeu e excedeu numericamente as gerações do operariado fordista anteriores, não encontraram nas estruturas sindicais um instrumento de seu auto-reconhecimento e de disputa salarial, numa quebra gradual de comportamento particularmente das tradições da antiga massa operária europeia.

Por sua vez, o contínuo saldo positivo de imigrantes ingressando nas respectivas economias nacionais de Estados Unidos, Alemanha, Japão, Espanha e outras nações industrializadas, contribuiu para baratear relativamente os custos da força de trabalho -de outra forma impostos de forma muito mais explícita por uma gradual queda da taxa de reprodução demográfica. A imigração também adicionou estímulos indiretos a certa continuidade de crescimento de setores cujo funcionamento é elástico ao aumento da população. Tal influxo de trabalhadores estrangeiros tem sido crucial para minimizar os efeitos das quedas, ou estagnação, das taxas de natalidade de residentes em quase todos os membros da OCDE (para alguns países,

¹¹ Ver International Labour Organisation, “Industrial Relations”, “Trade Union Density Rate”, em https://ilostat.ilo.org/data/?cat_mode=subject/.

como Japão e Itália, as taxas têm sido inclusive negativas desde 2005).¹² No que se refere aos Estados Unidos, o saldo líquido médio anual entre imigração e emigração foi de mais de um milhão de trezentos mil trabalhadores entre 1992 e 2017; neste ano chegaram ao país 1.8 milhões de imigrantes (com drástica queda durante a pandemia, seguida por retomada, com 1.2 milhões ingressantes em 2025).¹³ Em termos estritamente keynesianos, a queda do crescimento da população tem um impacto negativo no PIB em termos da pressão por serviços, infraestrutura e produção, mas representa ao mesmo tempo um alívio nas taxas de desemprego. Tal transformação enseja mudanças graduais no próprio mercado de trabalho, com menor demanda relativa por serviços, produtos e profissões naturalmente estimulados pelo crescimento da população, como escolas e professores primários, brinquedos, artigos recreativos etc.¹⁴

Por outro lado, o aumento do volume de imigrantes nas economias avançadas contribuiu para diferenciar culturalmente os agregados da força de trabalho, dificultando sua organização conjunta devido ao preconceito dos trabalhadores locais e às especificidades nacionais dos diferentes grupos de trabalhadores. Com efeito, o aumento da presença dos imigrantes tem sido manipulado de forma muito hábil pelas classes políticas e detentores do capital e riqueza nos países ricos, no sentido de um aumento da xenofobia, o que tem dividido politicamente a massa trabalhadora. Os partidos e políticos da extrema-direita têm crescido em suas participações nos parlamentos e mesmo cargos executivos nestes países, o que não deixa de ser um outro sintoma da crise de identidade dos trabalhadores acima discutida, antes calcada em larga medida nos

¹² Ver World Bank, “Data”, “Population Growth (%)” em <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.GROW?locations=US-DE-JP-IT> /.

¹³ Ver World Bank, “Net Migration”, disponível em <https://data.worldbank.org/>.

¹⁴ Trata-se de um problema similar ao identificado por Keynes nos 1930 na Inglaterra: “if the number of consumers is falling off and we cannot rely on any significant technical lengthening of the period of production, the demand for a net increase of capital goods is thrown back into being wholly dependent on an improvement in the average level of consumption or on a fall in the rate of interest” (KEYNES 1978 [1936], p.520).

ideais esposados pelos partidos social-democratas, socialistas e mesmo comunistas (França e Itália, particularmente, mas também o Japão, em menor escala)¹⁵.

Por sua vez, a queda da participação do nível relativo das despesas do Estado em proporção do PIB, que dá uma capacidade aproximada de empregabilidade pelo governo ao longo do tempo, aumentara significativamente entre a década de 1960 e 1990, mas caiu subsequentemente sob a influência das chamadas políticas neoliberais (com exceção do período mais recente da pandemia).¹⁶ Este processo continuado de queda da participação do Estado em termos de despesas relativas ao PIB tem também importância transcendente devido ao maior grau de formalização e estabilidade dos empregos públicos. De fato, atualmente, segundo dados da OCDE¹⁷, em 2023 apenas 4.8% da força de trabalho japonesa estava empregada em atividades do setor público (*general government* ¹⁸), atingindo este valor 13% na Itália, 17% no Reino Unido e 15% na Espanha. No que se refere aos Estados Unidos, as atividades sob a rubrica “Governo” (compreendendo todos os níveis) caíram de 13% para 11% do PIB ao longo dos últimos quinze anos. Por outro lado, atualmente 19% da força de trabalho no Reino Unido opera em condições de informalidade, 10% na Itália, 7% na Dinamarca e 3.8% na Espanha. Em países que atravessam chamados processo de desenvolvimento, os números são muito maiores, chegando a 38% no Brasil e 50% na Argentina.¹⁹

¹⁵ Para um balanço, ver PONZ e SERVICE [orgs.] (2012).

¹⁶ “Government expenses (% of GDP)”, disponível em <https://data.worldbank.org/>. Na Alemanha, as despesas do Estado eram de 20% do PIB em 1972 e chegaram a 38% em 1995, caindo desde então a apenas 27% em 2018; o Japão apresenta perfil similar. A participação das despesas do Estado na Itália é mais alta do que a média, mas mesmo assim, em termos do PIB, caiu de 48% em 1995 a 42% em 2019. O Reino Unido destoa da tendência, com 37% em 1992 e 41% em 2023.

¹⁷ Ver “OECD - Government at a Glance 2025”, disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/en/data/dashboards/government-at-a-glance-2025.html?utm_source=chatgpt.com

¹⁸ “General government comprises ministries/departments, agencies, offices and some non-profit institutions at the central, state and local level, as well as social security funds” (OECD, “Definition of government”, disponível em https://www.oecd.org/en/publications/government-at-a-glance-2025_0efd0bcd-en/full-report/structure-and-indicators_3292db94.html#section-d1e24902-24df4ddb79).

¹⁹ Ver International Labour Organisation, “Informal employment rate”, disponível em <https://ilostat.ilo.org/data/snapshots/informal-employment-rate/>.

Se por um lado é verdade que as previsões de um desemprego em massa que atingisse a maioria da população trabalhadora não se verificaram, é também verdade que o mercado de trabalho “pós-fordista” tornou-se mais heterogêneo, desigual, precarizado e instável. Os contratos de trabalho parciais abarcam hoje grandes parcelas das camadas trabalhadores nas economias centrais, chegando a 53% da força de trabalho na Holanda, 34% na Suíça, 28% no Reino Unido, 22% na Bélgica e 13% nos Estados Unidos.²⁰ Neste país, 2.2 milhões de trabalhadores trabalhavam em empregos parciais (*part time jobs*) em 2015, e 1.1 milhões em 2024; na Alemanha, eram 1.2 milhões e 622 mil nos anos respectivos; na Itália, os valores ultrapassavam 2.6 milhões e 2 milhões nestes dois selecionados. Valores semelhantes, mais ou menos altos de acordo com cada país, podiam ser encontrados no resto do grupo dos membros da OCDE.²¹ Por fim, há também nos países centrais um número significativo de pessoas fora do mercado de trabalho, segundo a própria OCDE (*personal outside the labour force* [15 a 64 anos]): em 2024, mais de doze milhões no Japão, aproximadamente dez milhões na Alemanha, 9.8 milhões na Coreia do Sul, e nada menos do que 53 milhões nos Estados Unidos.

De acordo com o *World Inequality Basis*, a camada 10% mais rica da população detinha 28% da renda nacional (*national income*) em 1981, valor que cresceu de forma sustentada ao longo dos quarenta anos subsequentes, atingindo 37% em 2018; para os 50% mais pobres, o valor caiu de 23% da renda nacional para 18% no mesmo período.²² No mesmo período, os valores respectivos para Japão envolveram os 10% da população detendo 34% da renda nacional em 1980 e 43% em 2020, com os 50% mais pobres detendo 20% em 1980 e 18% em 2020. Padrões similares surpreendentemente parecidos ocorrem para o Reino Unido e Itália, com a Espanha apresentado maior estabilidade distributiva no período segundo os mesmos

²⁰ Ver OECD Data Explorer, “Full-time and part-time employment”, disponível em <https://data-explorer.oecd.org/>.

²¹ Ver OECD Data Explorer, “Involuntary part time employment”, disponível em <https://data-explorer.oecd.org/>.

²² Ver <https://wid.world/country/germany/>.

critérios (20% da renda nacional detida pelos 50% mais pobres, e 35% da renda pelos 10% mais ricos). O aumento da concentração de renda estimula setores da chamada produção de luxo, consumidos pelas camadas mais altas, tendo em si mesmo um impacto específico sobre a estrutura de emprego e elevando o custo de oportunidade de investimento em outros setores da economia –este é um efeito negativo “invisível” da concentração de renda e patrimônio, usualmente não computado em nenhuma estatística oficial. Por outro lado, se tem havido um aumento da concentração dos rendimentos e do patrimônio em favor dos proprietários ao longo das últimas décadas, processo que desfaz aos poucos as conquistas do Estado keynesiano de bem-estar, e se está certo Keynes ao afirmar que, em geral, “men are disposed, as a rule and on the average, to increase their consumption as their incomes increases, but not by as much as the increase in their income” (KEYNES 2013 [1936], p.96), a continuidade do tipo de crescimento econômico existente nos membros da OCDE passa a depender cada vez mais, no que se refere ao consumo das famílias trabalhadoras, da queda de suas poupanças, do aumento do endividamento e de déficits fiscais estruturais.

De fato, devido à própria antiguidade do processo de revolução industrial (duzentos anos, aproximadamente, nas nações pioneiras), as economias centrais têm hoje menores espaços para crescimento extensivo, dependendo estas em cada vez maior medida de ganhos intensivos de produtividade, de inovação tecnológica constante, de novos produtos e de novos mercados externos.²³ O surgimento de áreas industrializadas externas às das economias centrais –como a chinesa– impôs dificuldades adicionais em termos de concorrência por mercados de bens e serviços. Tais dificuldades estruturais para a continuidade de um processo de expansão, que absorva a totalidade da força de trabalho sob condições de trabalho decentes, foram apenas minoradas mediante uma grande diminuição da poupança das famílias e do governo ao longo

²³ “[...] the problem of providing that new capital-investments shall always outrun capital-disinvestment sufficiently to fill the gap between net income and consumption, presents a problem which is increasingly difficult as capital increases” (KEYNES 2013 [1936], p.105).

dos últimos anos –injetando demanda agregada nas economias centrais. Do ponto de vista do consumo das famílias, as implicações negativas de um aumento da concentração de renda nas economias ocidentais, na forma de uma tendência à diminuição à propensão a consumir nas camadas mais ricas das sociedades à medida em que a renda e o patrimônio se concentram, tem sido compensada por um grande aumento do crédito, de forma a permitir um aumento relativo do consumo das famílias trabalhadoras e de renda média. O crédito doméstico concedido pelo setor financeiro atingia 111% do PIB dos Estados Unidos em 1980, 152% em 1990, 199% em 2001, 246% em 2017 e 296% do PIB em 2021.²⁴ Deu-se um grande aumento do endividamento das famílias ao longo das últimas décadas.²⁵ A taxa de poupança agregada do Japão, país historicamente marcado por uma alta propensão à poupança das famílias, chegava a nada menos que 43% em 1970; esta declinou gradualmente desde então, chegando atualmente a apenas 24% do PIB, indicando este câmbio profundas mudanças institucionais e culturais, sob as quais repousam os limites para a continuidade da expansão econômica do país. Padrões similares ocorrem para Estados Unidos e Alemanha (17% e 25% de poupança agregada, respectivamente, em 2022).²⁶ Por sua vez, déficits fiscais consolidados (com exceção do período de 2012 a 2019 para a Alemanha), têm sido a regra nas economias industrializadas, o que tem inserido permanentemente um fluxo constante de demanda agregada compensador do declínio relativo da formação de capital e da queda da manufatura em termos de sua participação do PIB, mas que expressam, num nível interpretativo pós-keynesiano, as dificuldades para a manutenção do

²⁴ Ver World Bank, “Data”, “Domestic Credit provided by financial sector (% of GDP), disponível em <https://data.worldbank.org/>. Essas relações mostram como não há necessariamente uma “long-run stability of the ratio of savings to income”, tal como observou Kalecki (KALECKI 1969 [1952], p.69).

²⁵ Os dados da OCDE mostram uma tendência geral de crescimento das dívidas das famílias com relação a suas rendas líquidas nos seus países membros; algumas nações tiveram um crescimento surpreendente do endividamento das famílias ao longo dos últimos vinte anos, como por exemplo a República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Polônia, com aumento do endividamento das famílias dobrado ou eventualmente triplicado no período. No caso dos Estados Unidos, a dívida líquida das famílias como porcentagem da renda líquida era de 104% em 2000, e 144% em 2007. Após a crise financeira de 2008, os níveis foram reduzidos, chegando a 110% em 2015 e 108% em 2022. Ver OCDE Data Explorer, “Debt of households and NPISH”, disponível em <https://data-explorer.oecd.org/>.

²⁶ “Gross Domestic Savings (% of GDP)”, disponível em <https://data.worldbank.org/>.

nível de emprego nas economias centrais.²⁷ Particularmente, o desemprego de jovens entre 15 e 24 anos era de 10% nos Estados Unidos, em termos oficiais, em 2025; em outros países avançados, era ainda maior (20% na Itália, 24% na Espanha e 19% na França). De fato, gradualmente eliminou-se a maior homogeneidade dos mercados de trabalho e de renda herdadas dos “trinta anos gloriosos” (1945-1975), o que sugere que tais características foram apenas uma exceção na história econômica.²⁸

É interessante notar que para explicar o funcionamento do capitalismo, a noção de *incerteza* é mobilizada tanto na sociologia weberiana como na economia keynesiana. Max Weber enfatiza a noção de *Lebensführung* (conduta de vida corriqueira) para explicar como se passou da angústia protestante diante da incerteza do destino (mobilizada principalmente pelo decreto da predestinação calvinista) à previsibilidade institucional e ao dever ético em torno das profissões. Ele explica como esta conexão de sentido foi indiretamente afim à legitimação da forma de exploração do trabalho própria do capitalismo industrial. Nesse caso, a incerteza do destino foi *produtivamente* assimilada por uma ascese intramundana que deu lugar a um agir no mundo onde o sujeito “foge para frente”, investindo e trabalhando metodicamente para encontrar nos frutos materiais um “sinal” (indireto) de eleição e salvação. De maneira que aqui a incerteza se transforma no motor da acumulação: o capitalismo não a elimina, mas a *metaboliza*. Se para Weber o capitalismo racional logrou converter a incerteza metafísica da predestinação em uma conduta de vida produtiva e calculável, o capitalismo pós-fordista opera o movimento inverso. Para Keynes, diferentemente de Weber, a incerteza macroeconômica e a queda na eficiência marginal do capital são *improdutivas*: só geram paralisia ou especulação. Quando o sistema não garante mais que o esforço metódico resulte em estabilidade

²⁷ Ver World Bank, “Data”, “Net lending (+) / net borrowing (-) (% of GDP)”, disponível em <https://data.worldbank.org/>.

²⁸ Os salários mínimos reais têm aumentado de forma lenta nas principais economias industrializadas; ver OECD Data Explorer, “Real Minimum Wages at constant prices”, disponível em <https://data-explorer.oecd.org/>.

(carreira/renda), a incerteza deixa de ser produtiva e torna-se *anomia*. Ao destruir as bases da estabilidade institucional e do investimento produtivo — temas centrais da crítica de Keynes e Kalecki — a economia contemporânea devolve ao sujeito uma incerteza que não é mais capaz de ser sublimada em vocação. Criticando a noção de previsibilidade perfeita da economia neoclássica, Keynes e os pós-keynesianos enfatizam o caráter errático e de desequilíbrio das economias capitalistas, dado que “human life does not exist outside history and no one has correct foresight of his own future behaviour” (ROBINSON 1978, p.127). Quando o capitalismo desregulado perde sua capacidade de gerar investimento estável e continuado, destrói-se a base material que permite ao *sujeito weberiano* planejar uma vida com sentido profissional, num aumento do grau de incerteza tanto no plano individual, como no plano macroeconômico e do comportamento agregado da economia. Ora, se o *ethos* profissional weberiano depende de certas expectativas de estabilidade e progressão, a análise keynesiana do comportamento macroestrutural —particularmente dos instáveis determinantes das taxas de investimento— revela por que essas expectativas têm se tornado de difícil obtenção. Quando a taxa de investimento cai, não é apenas o PIB que diminui, é a calculabilidade do futuro que desaparece. Sem investimento estável, o “plano de vida” weberiano torna-se uma aposta irracional. Assim, a queda da formação de capital bruto não é apenas um dado contábil, mas a materialização da incerteza radical que impede a formação da personalidade profissional. De fato, o sujeito moderno weberiano só consegue manter uma conduta de vida metódica (*Lebensführung*) se houver garantias mínimas de previsibilidade, institucional e econômica.

Apesar de o capitalismo “pós-fordista” não mostrar sinais, até o momento, de um colapso total do *volume* de emprego, tem havido uma rápida transformação das condições de trabalho, ilustrada no rápido desaparecimento e criação de novas profissões, na flexibilização e precarização, e na crise de sentido do trabalho —tal como acima discutido. Estas dimensões não podem ser plenamente ilustradas apenas por análises macroeconômicas, mas devem ser

complementadas por outras esferas da ciência social, como a sociologia do trabalho e das profissões. Embora um grande volume de emprego nas economias centrais ainda se mantenha por mecanismos parcialmente keynesianos de queda da poupança das famílias, endividamento e déficit público (sem o elemento redistributivo original ao espírito do economista inglês), a natureza e a composição do emprego têm mudando nas economias ocidentais. A substituição da predominância do antigo operariado industrial por um amplo setor de serviços heterogêneos, a instabilidade e a informalização, bem como o aumento da imigração, a crise dos sindicatos e a xenofobia, fragmentaram a classe trabalhadora dos países ricos e alteraram o sentido do trabalho. Este processo impacta também nos países periféricos, mediante vários canais de efeito demonstração. A convergência entre o declínio do investimento produtivo (no sentido de Keynes, Kalecki e Kaldor) e a fragmentação das identidades profissionais (no sentido de Weber, Freidson e Dubar) tende a enfraquecer o processo de integração social baseada na equalização dos rendimentos, no emprego estável e no próprio ideário da função social do trabalho legada à cidadania – materializada historicamente em projetos políticos diversos, como os da social-democracia e o socialismo. Nas sociedades industrializadas, a profissão operava como o mediador entre o indivíduo e o Estado. Quando o capitalismo “pós-fordista” passou a substituir a carreira estável pela precariedade da “uberização” e do *part-time job*, ele desmanchou o suporte objetivo que sustentava tal mediação. E sem o 'sinal' da estabilidade profissional, a incerteza torna-se meramente depredadora, resultando na fragmentação das identidades e no ressentimento político. Pois sem a validação da dignidade através da profissão, o sujeito moderno torna-se individualista e propenso a legitimar “discursos de ódio”. Por sua vez, essas ideologias tendem a congelar, ou mesmo a agravar, a concentração de rendimentos e o patrimônio que marca o capitalismo “pós-fordista”.

Para Keynes, o pleno emprego não é apenas uma meta econômica, mas uma condição para a estabilidade social e para a eliminação da pobreza. Por sua vez, para Weber, a profissão

é a arena de validação da autonomia do sujeito, mas que igualmente tende à estabilização das ordens sociais e políticas. Se pensarmos numa articulação que conjugue estas duas tradições do pensamento sociológico e o econômico, torna-se evidente que a noção de “pleno emprego”, mesmo quando parcialmente atingida, é insuficiente de um ponto de vista das normas de racionalização e integração mais amplas das sociedades “pós-fordistas” modernas. Assim, não se trataria apenas de perguntar-nos, com Joan Robinson, “para quê o crescimento” (*what is growth for?*) [ROBINSON, 1980]), mas sim, do ponto de vista do sentido do trabalho, quais as condições de vida do sujeito trabalhador nesse crescimento econômico? Se o Estado keynesiano intervém para garantir a demanda, ele também intervém (via regulação e licenças) para garantir o *status* das profissões. Mas a demanda efetiva em qualquer economia pode ser garantida de várias maneiras: mediante serviços públicos melhores e mais equipamentos sociais, ou através do policiamento e de guerras genocidas. A queda das despesas nos serviços públicos, o enxugamento do emprego e dos serviços do Estado, não podem ser apenas interpretadas como medidas fiscais, mas sim como o abandono do Estado como fiador das condições que permitem a estabilidade, a segurança e a dignidade profissional. O Estado “mínimo” tende a facilitar a reprodução do que Keynes chamou de mecanismos de “cassino” na economia, resultando-se este processo num mundo do trabalho fragmentado e instável. Portanto, há um “desencaixe” entre o modo como o capitalismo pós-fordista tem operado e o modo como o antigo sujeito moderno se constituiu através do processo de industrialização fordista –que apenas formalmente ainda guia a estrutura das profissões. Diminuirá exponencialmente a chamada Inteligência Artificial (IA) a “unidade de trabalho por investimento”, atacando ao mesmo tempo a “jurisdição” (Abbott) de muitas profissões baseadas no conhecimento? Haverá uma rodada ainda mais ampla de “proletarização técnica” agora mesmo nas profissões liberais, transformando o saber abstrato (que antes era um abrigo) em algoritmos apropriados pelas

grandes corporações? São estas algumas das questões que atrairão a nossa atenção para organizar uma agenda de pesquisa social interdisciplinar ao longo dos próximos anos.

CONCLUSÕES

Este texto buscou fornecer uma proposta de enfoques teórico-metodológicos da sociologia das profissões, para uma abordagem das transformações recentes do sentido do trabalho a partir da modificação do valor cultural da profissão. Tal foi aliada a uma curta descrição e análise macroestrutural das condições determinantes do volume de emprego nas economias avançadas ao longo das últimas décadas. Afirmamos que essa abordagem conjugada pode orientar uma agenda de pesquisa interdisciplinar produtiva sobre as mudanças no mundo do trabalho na contemporaneidade. A análise macroestrutural ajuda a ilustrar no nível histórico-econômico as tendências discutidas pela sociologia do trabalho e das profissões. Por um lado, as transformações no mundo do trabalho no mundo ocidental têm sido alimentadas por uma constante taxa de inovações tecnológicas que destrói perenemente velhas profissões e cria novas, bem como por um processo de queda relativa dos investimentos em capital fixo e desindustrialização, grande exportação de capitais produtivos das nações avançadas a regiões mais pobres do globo, e por um fluxo constante -e até recentemente crescente- de imigrantes nos respectivos mercados de trabalho nacionais. Queda da sindicalização, aumento da concentração de renda, aumento da insegurança e informalização no trabalho e alto desemprego entre os jovens parecem ser os resultados líquidos destas tendências, inclusive nas economias avançadas. Por outro lado, a criação de novas oportunidades de investimento mediante o próprio processo de inovação tecnológica materializado em produtos e métodos de produção, conjugada com a queda da reprodução demográfica e a manutenção de baixas taxas de formação de poupança agregada, tem auxiliado na manutenção de volumes de emprego ainda formalmente altos. Porém, sob uma ampla modificação das condições de trabalho, a alteração, ou mesmo

eventualmente a destruição, do valor das profissões na organização do mercado de trabalho, nos repertórios da vida profissional e na influência da identidade profissional na inserção social e política dos trabalhadores, bem como o aumento da presença dos imigrantes em muitos mercados de trabalho, têm tido consequências no plano cultural e político, na forma de perda de identidade, insegurança econômica e crescimento da xenofobia. Estes podem minar a estabilidade dos fundamentos psicológicos, econômicos e culturais que sustentam o que parece restar dos processos democráticos ocidentais –cada vez mais definidos não em torno de explicações histórico-estruturais, mas sim em torno de uma simplificadora, e historicamente repetitiva, culpabilização do “outro” (o estrangeiro, o russo, o chinês, o africano). Mudanças sucessivas ou mesmo a destruição das identidades profissionais, a capacidade de organização profissional, impactos negativos sobre os salários reais e outras variáveis relevantes tendem a fomentar frustração, perda de sentido, impotência e ressentimento social, com repercussões negativas no plano político e para a sustentação da cidadania democrática. Dado esse cenário, o conjunto de valores sociais estáveis em torno das profissões e do emprego –como autonomia, coesão social, satisfação nos locais de trabalho, maiores salários reais e sindicatos atuantes– estaria sob erosão. Por tal motivo, esperamos que essas observações possam contribuir para um renovado interesse em abordagens de análise das ciências sociais que se centrem na preocupação tanto com o *volume* quanto com a *qualidade* do emprego.

Recebido para publicação em 25/07/2025.

Aceito para publicação em 19/05/2026.

Editor Chefe: Renato Francisquini Teixeira

DISPONIBILIDADE DE DADOS:
Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

María Cecilia Ipar
Conceitualização; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Visualização; Escrita -
esboço original; Escrita - revisão e edição.
Vitor Eduardo Schincariol
Conceitualização; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Visualização; Escrita -
esboço original; Escrita - revisão e edição.

CONFLITO DE INTERESSE

Os(as) autores(as) declaram que não há conflito de interesse.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, Andrew. **The systems of professions: An essay on the division of expert labor**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- ABÍLIO, Ludmila. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, [s. l.], v. v.18, n. n.3, p. p.41-51, 2019.
- AKHAVAN, Mina; HÖLZEL, Marco; LEDUCQ, Divya (Ed.). **European Narratives on Remote Working and Coworking during the COVID-19 Pandemic: A Multidisciplinary Perspective**. Switzerland: Springer Cham, 2023.
- ALVES, Giovanni. **A condição de Proletariado. Precaridade do Trabalho no Capitalismo Global**. Londrina: Praxis, 2009.
- ALVES, Giovanni. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s. l.], v. 11, n. n.2, p. 223–239, 2008.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, [s. l.], v. 25, n. n. 87, p. 335–351, ago. 2004.
- ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.
- BALLESTEROS, Arturo. **Max Weber y la sociología de las profesiones**. México: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.
- BENANAV, Aaron. **Automation and future of work**. Londres: Verso, 2020.
- BERNHARDT, Alexandra. **Coworking Atmospheres**. Londres: Springer, 2023.
- BRINT, Steven. **In the Age of Experts. The Changing Role of Professionals in Politics and Public Life**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- COLLINS, Randall. **La sociedad credencialista**. Madri: Akal, 1989.
- COMIN, Álvaro. A Inteligência Artificial e o Futuro do Trabalho e da Proteção Social. **Cadernos do ILP Ensino-Pesquisa-Extensão Cultural**, [s. l.], v. 4, n. n.5 (especial), 2023.
- DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- DERBER, Charles. Managing Professionals: Ideological Proletarianization and Post-Industrial Labor. **Theory and Society**, [s. l.], v. 12, n. n.2, p. p.309-341, 1983.
- DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Isabela. O debate conceitual sobre terceirização: uma abordagem interdisciplinar. **Caderno CRH**, [s. l.], v. v.4, p. 1–13, 2021.
- DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. v.42, n. n.146, p. p.351-367, 2012.
- DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: Edusp, 2009.

- DUBAR, Claude. **A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.
- DUBAR, Claude; TRIPIER, Pierre; BOUSSARD, Valérie. **Sociologie des professions**. Paris: Armand Colin, 2015.
- DUMAS, Tracy; SANCHEZ-BURKS, Jeffrey. The Professional, the Personal and the Ideal Worker: Pressures and Objectives Shaping the Boundary between Life Domains. **The Academy of Management Annals**, [s. l.], v. 9, p. 1–69, 11 março, 2015. <https://doi.org/10.1080/19416520.2015.1028810>.
- EHRENBERG, Alain. **O culto da performance. Da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Idéias & Letras, 2010.
- EVETTS, Julia. Professionalism: Value and ideology. **Current Sociology**, [s. l.], v. 61, n. 5–6, p. 778–796, 2013.
- EVETTS, Julia. Professions in turbulent times: changes, challenges and opportunities. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [s. l.], v. 88, 2018.
- FREIDSON, Eliot. **Professional Powers**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo**. São Paulo: Edusp, 1998.
- GOODE, William. “Professions” and “Non-professions”. In: MILLS, Donald; VOLLMER, Howard (orgs.). **Profissionalization**. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- HUGHES, Everett. **Men and their work**. Toronto: Collier-Macmillan, 1958.
- HUGHES, Everett. The Social Significance of Professionalization. In: MILLS, Donald; VOLLMER, Howard (ed.). **Profissionalization**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- HUWS, Ursula. **Labor in the global digital economy. The cybertariat comes of age**. New York: Monthly Review Press, 2014.
- HUWS, Ursula; SURIE, Aditi (Ed.). **Platformization and Informality**. Londres: Palgrave Macmillan, 2023.
- INGLEHART, Ronald. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- IPAR, Maria Cecilia. O declínio do ideal cultural de homem profissional na sociedade pós-industrial: consequências subjetivas e no laço social. *Revista Brasileira de Ciência Política*, V. 44, 2025.
- IPAR, Maria Cecilia. **O diagnóstico da modernidade de Max Weber sobre a constituição subjetiva do homem ocidental**. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da USP, 2023. Disponível em internet: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-18052023-130006/pt-br.html>
- JOHNSON, Terrence. **Professions and power**. Londres: The Macmillan Press, 1972.
- KALBERG, Stephen. “La influencia pasada y presente de las visiones del mundo: Max Weber y el descuido de un concepto sociológico”. **Sociológica**, [s. l.], v. 26, n. n.74, p. 207–246, set. 2011.
- KALDOR, Nicholas. **Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom**. Cambridge University Press, 1966.
- KALECKI, Michal. **Theory of Economic Dynamics**. New York: Monthly Review, 1969.
- KEYNES, John M. “Some Economic Consequences of a Declining Population”. **Population and Development Review**, v. 4, n. 3, p. 517–523, 1978.
- KEYNES, John M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. Londres: The Royal Economic Society, 2013.
- KING, J. E.. **A History of Post-Keynesian economics since 1936**. Cheltenham: Edward Elgard, 2002.
- LARSON, Magali. **The rise of professionalism: monopolies of competence and sheltered markets**. Londres: Routledge, 2017.

- LICHTBLAU, Klaus. Sociology and the Diagnosis of the Times or: The Reflexivity of Modernity. **Theory, Culture & Society**, [s. l.], v. 12, p. 25–52, 1995.
- MELGES, Fábio; CALARGE, Tania; BENINI, Elcio; PACHECO, Adriano. A nova precarização do trabalho: um mapa conceitual. **Revista Organizações & Sociedade**, [s. l.], v. 29, n. n.103, 2022.
- MELMAN, Charles. **El hombre sin gravedad. Gozar a cualquier precio**. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2005.
- MERKEL, Janet; PETTAS, Dimitris; AVDIKOS, Vasilis (Ed.). **Coworking Spaces: Alternative Topologies and Transformative Potentials**. [S. l.]. Londres: Springer, 2023.
- MERTON, Robert. **The Student Physician**. Nova York: Commonwealth Fund, 1957.
- OIT, Oficina Internacional del Trabajo. **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo. Tendencias 2023**. [S. l.: s. n.], 2023.
- OREL, Marko; RATTEN, Vanessa; DVOULETÝ, Ondřej (Ed.). **The Flexible Workplace. Coworking and Other Modern Workplace Transformations**. [S. l.]. Londres: Springer, 2021.
- PARSONS, Talcott. The professions and social structure. **Social Forces**, [s. l.], v. 17, n. N.4, p. 457–467, maio, 1939.
- PARSONS, Talcott. **The Structure of Social Action**. Nova York: The Free Press, 1949.
- PONS, S. e SERVICE, R. (orgs.) **A Dictionary of 20th Century Communism**. Princeton University Press, 2012.
- ROBINSON, Joan. **What are the questions and other essays**. Nova York: M.E. Sharpe, 1980.
- ROBINSON, Joan. **Contributions to Modern Economics**. Oxford: Basil Blackwell, 1978.
- ROBINSON, Joan. **Essays in the Theory of Economic Growth**. Londres: Macmillan, 1962.
- ROBINSON, Joan. **The Accumulation of Capital**. Cambridge University Press, 1956.
- RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Sociologia das profissões**. Lisboa: Celta Editores, 2002.
- ROSENBLAT, Alex. **Uberland. How algorithms are rewriting the rules of work**. Los Angeles: University of California Press, 2018.
- AUTOR; ROSSINI, Gabriel; PAULANI, Leda; REIS, Cristina. Capitalismo 4.0: Um novo regime de acumulação e regulação? **Revista Pesquisa & Debate**, [s. l.], v. 36, n.2, p. 25–41, 2024.
- SCHOLZ, Trebor. **Uberworked and Underpaid. How Workers are Disrupting the Digital Economy**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- SENNETT, Richard. **La corrosión del carácter**. Barcelona: Anagrama, 2005.
- SHAIKH, Anwar. **Capitalism. Competition, Conflict, Crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- SKIDELSKY, Robert; CRAIG, Nan. **Work in the future. The Automation Revolution**. LondresLondres: Palgrave Macmillan, 2020.
- SLEE, Tom. **Uberização: A nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.
- SPREMOLLA, Gerardo. El trabajo en la era digital. **Revista de Derecho de la Universidad de Montevideo**, [s. l.], v. 31, 2017.
- SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- TESTA, Julio; FIGARI, Claudia; SPINOSA, Martín. Saberes, intervenciones profesionales y clasificaciones profesionales: nuevos requerimientos a idóneos, técnicos e ingenieros. In: GARZA TOLEDO, Enrique; MUÑIZ, Leticia (orgs.). **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales**. Buenos Aires: Clacso, 2009.
- TORSTENDAHL, Rolf; BURRAGE, Michael (Ed.). **The formation of professions**. Los Angeles: SAGE Publications, 1990.
- WEBER, Max. **Conceptos sociológicos fundamentales**. Madrid: Alianza, 2006.
- WEBER, Max. **Ensayos sobre sociología de la religión**. Madrid: Taurus, 1983. v. I.

María Cecilia Ipar

Mestre e Doutora em Ciência Política na Universidade de São Paulo. Bacharel e Licenciada em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires. Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado no CEBRAP, no Núcleo Direito e Democracia, trabalhando temas vinculados à relação entre a profissão e o sentido do trabalho, e os riscos psicossociais no trabalho na contemporaneidade. Publicou, entre outros, *O declínio do ideal cultural de homem profissional na sociedade pós-industrial: consequências subjetivas e no laço social*, na Revista Brasileira de Ciência Política, N44, 2025

Vitor Eduardo Schincariol

Professor do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.